



SistCon realiza tratativas com INSS para agilizar o programa de conciliação em processos previdenciários

Na última segunda-feira, dia 23, a coordenadora do Sistema de Conciliação da Justiça Federal da 1ª Região (SistCon), desembargadora federal Maria do Carmo Cardoso, reuniu-se com representantes da Procuradoria Regional Federal da 1ª Região (PRF1), Vitor Pinto Chaves, Melquizedek Soares e Miguel dos Santos Fonseca Neto, e da Procuradoria Federal Especializada do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Felipe Cavalcanti. O objetivo do encontro foi definir estratégias para acelerar a análise e, se for o caso, a apresentação de propostas de acordo em aproximadamente 20.000 processos previdenciários que se encontram no Núcleo Central de Conciliação deste Tribunal. [\[Leia mais\]](#)

Participe da pesquisa de satisfação dos usuários de TI da Justiça Federal

Já está disponível a Pesquisa de Satisfação dos Usuários de TI, em âmbito nacional, coordenada pelo Conselho da Justiça Federal (CJF) cujo objetivo é identificar oportunidades de melhoria na prestação dos serviços relacionados à tecnologia da informação. A pesquisa é direcionada a usuários internos e externos dos serviços de TI da Justiça Federal. O prazo para participação vai até o dia 9 de novembro. [\[Leia mais\]](#)

Alterada a estrutura administrativa da Secretaria do TRF1

O Tribunal Regional Federal da 1ª Região alterou, por meio da Resolução Presi 46, a estrutura administrativa da Secretaria do Tribunal visando à adoção de novas formas de gestão dos acervos judiciais e da estrutura necessária ao funcionamento do programa estratégico denominado Processamento Inteligente de Demandas Processuais (Procin-Jud).

Entre as principais modificações, foi criada a Secretaria de Análise, Regularidade Processual e Jurisprudência (Secaj). Esta nova secretaria, considerada fundamental para o Procin-Jud, agrupa unidades que realizarão os filtros processuais e os serviços estratégicos para facilitar e subsidiar trabalhos dos gabinetes, da Assessoria Jurídica e de Recursos Especiais e Extraordinários (Asret) e da Vice-Presidência (Vipre), como a Coordenadoria de Registro e Informações Processuais (Corip), parte dos serviços e da estrutura da Coordenadoria de Recursos (Corec) e da Coordenadoria de Jurisprudência e Documentação (Cojud) além de novas unidades que serão criadas.

A Secaj tem, dentre suas atividades, a atribuição de dirigir e coordenar os serviços de registro e distribuição processual, de análise de regularidade processual, de análise temática e de jurisprudência do Tribunal. [\[Leia mais\]](#)

Tribunal recebe visita de juíza da Corte Constitucional do Peru



Ramon Pereira

Na tarde da última terça-feira, dia 24, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região recebeu a visita oficial da juíza suprema Isabel Cristina Torres Vega, membro da Corte Constitucional do Peru. Na oportunidade, a magistrada, que foi recebida pelo vice-presidente do Tribunal, desembargador federal I'talo Mendes, no exercício da Presidência, e pelos desembargadores federais Souza Prudente e Kassio Marques, pôde trocar experiências e conhecer um pouco sobre o funcionamento e a estrutura do Tribunal.

O encontro, que versou sobre diversos assuntos como o Direito Ambiental e os Direitos Humanos, deixou o desembargador Souza Prudente lisonjeado. [\[Leia mais\]](#)

CJF modifica sistemática para remoção de servidores da Justiça Federal

O Conselho da Justiça Federal (CJF) aprovou alterações no procedimento de remoção de servidores da Justiça Federal. A modificação foi votada na sessão da última segunda-feira (23), no Rio de Janeiro, que contou com a participação do presidente do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1) e membro do Colegiado, desembargador federal Hilton Queiroz. Dessa forma, a remoção de servidores do CJF e da Justiça Federal de primeiro e segundo graus foi alterada para a inclusão da possibilidade de remoção sem permuta e de suspensão da remoção por permuta.

A proposta de alteração da Resolução CJF nº 3, de 10 de março de 2008, foi de relatoria da presidente do Colegiado, ministra Laurita Vaz. Ela explica que a proposta surgiu em decorrência da necessidade de reequilibrar a força de trabalho da Justiça Federal de modo a suprir os déficits causados pelo Concurso Nacional de Remoção, desde o ano de 2013, quando foi criada a figura da remoção sem permuta. [\[Leia mais\]](#)